

"EU CONTO MAIS É COM OS COLEGAS LÁ DA RUA": COMUNIDADE E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO POR JOVENS CARIOCAS

Alexandre Bárbara Soares¹

Resumo

Este texto discute as diversas concepções dos espaços da rua e das comunidades, buscando dar visibilidade às diferentes relações que se forjam nestes. Na primeira parte procuro discutir o conceito de "comunidade", tão explorado e tão pouco discutido nos dias atuais, visando produzir breves análises, a partir de referenciais clássicos e contemporâneos, sobre as diferentes formas de apropriação pelas quais têm passado. Em um segundo momento o texto busca estabelecer diálogos com autores que têm trabalhado as relações que se estabelecem no e a partir do espaço da rua, com foco nas comunidades abordadas no capítulo inicial, utilizando elementos da arquitetura e urbanismo em nossas análises. Acreditamos ser este um tema importante para aqueles que trabalham na busca de alternativas para o desenvolvimento de crianças e jovens no espaço urbano.

Palavras-chave: comunidade, juventude, espaços urbanos.

Summary

This text discusses the several conceptions of street and community, attempting to shed light into the different relationships that are forged in these spaces. Firstly, I try to discuss the concept of community, so explored and so little discussed nowadays, having in mind the production of brief analyses, based on the classic and contemporary references, about the different ways of appropriation by which it has passed. Secondly, the text aims to establish a dialogue with authors that have worked the relationships that are established in and from the street, focusing on communities studied in the first chapter, and making use of elements originating from architecture and urbanism in our analyses. We believe this is an important theme for those that seek alternatives for the development of children and youth in urban areas.

Key words: community, youth, urban settings

Introdução

Utilizamos como ponto de partida o conceito de bases de apoio. Entendemos estas como formas de suporte formais e informais que os jovens, crianças e famílias encontram em seu cotidiano para desenvolvimento de suas capacidades. Nesta perspectiva, podemos pensar que estes suportes se manifestam em algum espaço ou lugar. Acreditamos que a comunidade, o “entorno”, a vizinhança, oferecem muitas respostas às demandas das famílias. Entretanto, pouco nos perguntamos sobre o que é “comunidade” e qual a influência do espaço físico nas relações e trocas que os jovens realizam em seu dia a dia. Em grande parte dos casos, a única presença deste tipo de reflexão surge na forma de uma “demonização” da rua, como espaço em que se encontra, no dizer popular, “tudo o que não presta”².

Acreditamos que as experiências de vida dos sujeitos, que muitas vezes determinam escolhas e caminhos a seguir, sejam elas positivas ou não, estão relacionadas a territórios bem definidos. As relações com o espaço geográfico invadem o cotidiano, delimitando sonhos, oportunidades e perspectivas, circunscrevendo suas relações e espaços de identificação. Por isso, acreditamos que pensar bases de apoio comunitárias às famílias significa pensar também de que comunidade falamos e que espaços estão disponíveis e acessíveis para os jovens. Problematizar que sociabilidade é esta que se constrói no espaço da rua, suas implicações para o desenvolvimento do adolescente e até onde conhecemos, de fato, suas diversas nuances. Esse é o caminho que aqui pretendemos percorrer.

“Eu gosto é da minha Comunidade!” - Compreendendo a polissemia do Termo.

O ritmo alucinante dos dias atuais nos afasta de reflexões importantes acerca dos fatos, atos e palavras que circunscrevem o dia a dia. Tudo parece “ser porque é!” em um estranho jogo de contemplação passiva frente a um mundo que nos escapa à compreensão. A naturalização dos fatos cotidianos já foi apontada diversas vezes por autores como Guatarri (1986) e Foucault (1973). Desta forma, deixamos constantemente de nos dar conta da força das palavras sobre nossas práticas; do papel e do peso que as palavras e as denominações exercem no mundo, construindo e modelando olhares e formas de ser e existir.

Uma destas palavras que ao longo dos anos oitenta e noventa permeou constantemente os debates, projetos e iniciativas (públicas ou não), foi justamente “comunidade”. Especificamente na cidade do Rio de Janeiro, as palavras “favela” e “comunidade” se tornaram quase sinônimos, constatação que pode ser feita através da leitura de entrevistas em jornais (tanto de moradores quanto de autoridades se referindo a favelas), programas de televisão ou em um simples diálogo travado com moradores destas localidades.

Não nos propomos a realizar um longo debate teórico sobre o termo, mas sim dar visibilidade à diversidade de significações que a palavra comunidade pode esconder. Através da análise das relações pessoais e da utilização dos espaços das localidades que conhecemos, pretendemos construir um determinado percurso que desmistifique a concepção homogeneizadora e totalizadora de comunidade, hoje existente.

Em um primeiro momento, comunidade, talvez mais que conceito científico, pode ser balizado como um orientador de ação e reflexão. As relações (pessoais) e o espaço geográfico não são, um ou outro isoladamente, tópicos de configuração do que venha a ser comunidade, mas podem ser tomados como sua base cotidiana de existência, objetivação, “espaços relacionais que vinculam indivíduos a territórios físicos ou simbólicos e a temporalidades partilhadas...”.³

Assim, mais que lugares determinados; podemos partir de uma afirmação de que “comunidade” diz respeito a formas de relacionamento que se apresentam como dimensão plural⁴ de cidadania, na perspectiva de expressão de valores coletivistas, éticos e associativos. O conteúdo do termo é extremamente sensível ao contexto social em que está inserido, pois se encontra associado ao “debate milenar sobre exclusão social e ética do bem viver”.⁵

Marcos Alvito (2001), citando Anthony Leeds (1977), irá apresentar um paralelo à idéia de comunidade através do conceito de localidade. Para ele, a característica fundamental das localidades seria o fato de se constituírem em pontos nodais de interação, onde há uma rede altamente complexa de diversos tipos de relações. Estas seriam, sobretudo, laços de parentesco bastante próximos, amizades muito significativas, parentela ritual e vizinhança.

William Castilho Pereira (1998) coloca que uma comunidade é exatamente o inverso do que significa a palavra (comum-unidade); ou seja, no lugar dessa concepção o que há é uma diversidade política, social e étnica. Para este autor, ler de forma global e crítica esta realidade não é algo simples, pois a própria realidade vai indicar que a comunidade é um conjunto de partes dialéticas: unidades territoriais, sociais, políticas, econômicas, religiosas, étnicas, culturais e psíquicas, que se cruzam mutuamente em um todo. Desta forma, segundo o autor, para trabalhar em um âmbito comunitário é preciso antes mergulhar neste universo lingüístico, psíquico, cultural e de conflitos com a postura de observador participante.

Neste sentido, Cecília Coimbra (1995) alerta para o fato de que o termo comunidade é utilizado nos discursos acadêmicos de maneira ao mesmo tempo vaga e abstrata. Vaga, pois o termo é atribuído a qualquer realidade que seja exterior ao espaço universitário; abstrata, pois transforma a comunidade em um todo sem diferença, sem interesses próprios, sem corpo: “algo que deve ser conhecido, pesquisado, explorado”.⁶

Dentro desta perspectiva, pressupõe-se que o agente externo não conhece o universo da comunidade. Universo este que divergiria do acadêmico em sua forma de apreensão e compreensão dos fenômenos sociais necessitando, portanto, antes de intervir, conhecer e vivenciar a diversidade como forma de não uniformizar este espaço; e de respeitar suas peculiaridades e seus saberes da maneira como se constituíram. Aqui podemos nos aproximar da noção de Sawaia (1998) de que as análises relativas a comunidade buscavam o “ponto de vista do vivido”, de um real que não habitaria os corredores acadêmicos.

Particularmente nas favelas do Rio de Janeiro, o termo comunidade é utilizado para designar seu o espaço geográfico e de relações. É comum ouvir falar sobre “a comunidade de Catiri”, “a comunidade de Vila Aliança”, ou mesmo expressões como “o Estado pouco aparece aqui na comunidade”. Uma moradora de uma favela da cidade nos oferece uma visão interessante da comunidade: “Quando a gente fala em comunidade, fala dos moradores é o pessoal do morro, que vive lá. Mesmo que não houvesse casas, as pessoas ali seriam a comunidade”.⁷

Em muitos momentos percebe-se, conversando com alguns moradores, que esta designação traz consigo um juízo de valor, contrapondo a todo o abandono e dificuldades a idéia de que entre os que ali residem existe uma unidade, uma coesão e solidariedade originais, quase “naturais”;

“Se morre uma pessoa na comunidade, têm uma empresa, a XXX que cede o ônibus, e a comunidade inteira vai para o enterro dessa pessoa. E têm uma coisa muito interessante que em todos os enterros da comunidade que eu vejo, é que as pessoas não deixam que o caixão vá no carrinho. Isso quer dizer que ele não tem amigos!! Ai ‘nêgo’ fala ‘não, ele tem muitos amigos, a gente vai levar na mão’, tem que carregar!!”⁸

Ou seja, em alguns momentos, a apropriação do termo comunidade por populações em situação de exclusão social pode ser uma estratégia de sobrevivência e reconquista da auto estima:

“As relações estabelecidas entre os moradores expressam simultaneamente sua integração ao padrão dominante pela conformidade às normas sociais hegemônicas, e sua especificidade ou diferença, que pode ser interpretada como resistência ou estratégia de sobrevivência diante da opressão das relações sócioeconômicas envolventes”.⁹

Ao mesmo tempo, tal estratégia parece reforçar esse lugar determinado de exclusão, à medida que cria um locus privilegiado e homogêneo que produz uma identidade, mas não conduz a uma transformação: configura-se apenas como um valor que se contrapõe a certo individualismo grosseiro que domina o cenário social contemporâneo.

Como alternativa ao termo favela, de forte carga pejorativa e malvisto em alguns morros cariocas, o uso da palavra “comunidade” procura restabelecer dignidade e respeitabilidade a este tipo de lugar específico, a favela. Inte-

ressante percebermos que não se costuma falar da “comunidade de Ipanema”, ou da “comunidade da Barra da Tijuca”, que são bairros de classe média e alta da cidade do Rio de Janeiro.

Obviamente que as condições mesmas de vida de uma e outra localidade podem, sim, levar à construção de vínculos de solidariedade mais fortes e necessários nos lugares mais pobres que em outra. E que tal fortalecimento de vínculos vez ou outra reforça a apreensão, por parte destas populações, de uma identidade “solidária”:

“Parece forjar-se aí também uma identidade psicossocial que vincula as pessoas àquele espaço de convivência, onde cada um se vê reconhecido como pessoa, ao menos em contraposição a uma sociedade que percebe toda essa população apenas como força de trabalho ou como ‘marginal’”.¹⁰

Porém, quando se cristalizam estas ações, criando um espaço da solidariedade, produz-se também um determinado indivíduo. Sempre que se constrói uma prática baseada em definições naturalizadas, destituindo os sujeitos de sua constituição histórica, trabalha-se na construção de uma certa categorização: favelado, oprimido, carente, etc. E o indivíduo que constantemente emerge do discurso da comunidade, ao qual nos referimos, é justamente este indivíduo da carência, da pobreza, da exclusão, da falta, muitas vezes associado à violência. Indivíduo este objeto dos discursos piegas e das políticas assistencialistas que em geral os acompanham.

Nem todas as favelas, periferias e bairros de subúrbio são iguais. E existe grande diversidade dentro do espaço conhecido como favela. Nem todos representam, por definição, um lugar determinado de pobreza:

“Nos últimos anos tem crescido a heterogeneidade sócioeconômica nas favelas. Não se pode afirmar, entretanto, que isso tenha transformado o padrão básico das relações. De qualquer forma essa diferenciação sócioeconômica interna não passa despercebida pelos moradores. Em muitos casos as diferenças são identificadas espacialmente na comunidade, onde há locais mais pobres e outros onde moram famílias com maior poder aquisitivo”.¹¹

Entretanto, o que a palavra comunidade vem em muitos momentos ressaltar é exatamente a idéia de carência e exclusão. Segundo Lícia Valadares, em recente palestra¹², a favela hoje é um cenário onde se estuda a violência, onde se estuda a família, ONGs, basicamente, onde se estuda quase tudo. Com isso, criam-se os dogmas da favela: um deles é o da especificidade da favela, ou seja, todos costumam dizer que a favela é diferente. Entretanto, a maioria das pesquisas nunca comparou a “favela” com a “não favela”. Desta forma, as pessoas vão às favelas estudar temas como a violência e o tráfico, “desestruturação familiar” e outros fenômenos, mas não estudam isso em outros bairros que têm uma população semelhante, como as periferias, os

loteamentos, as áreas urbanas com características rurais ou mesmo nas localidades que são bem diferentes, como bairros de classe média e condomínios fechados. Podemos encontrar, através de poucas pesquisas realizadas, diversos aspectos que tantas vezes foram estudados em favelas, como violência, conflitos familiares, abusos diversos ou mesmo sonhos e projetos de vida, de forma bastante similar em populações de classes mais abastadas. No vídeo "Sonhos Paralelos, Mundos Diferentes"¹³, podemos observar uma amostra disso. Jovens entrevistados no vídeo, em diferentes localidades da cidade do Rio, favela, periferia e classe média, apresentam visões de mundo, sonhos e perspectivas de projetos de vida muito similares. O que os diferencia, fundamentalmente, são as oportunidades que se colocam para cada um em seus locais de moradia.

Estudar as características locais significa sempre contextualizar as conclusões. E durante toda a década de 70 e 80 os estudos terminaram por fazer, na grande parte dos casos, justamente o contrário: naturalizando em um dado espaço geográfico (as favelas) fenômenos que absolutamente não "nasceram" ali e não apenas se desenvolvem ali. Assim, atribui-se às favelas uma especificidade não comprovada, com o sério risco de sustentar uma falácia e alguns preconceitos também.

O que este problema sugere concretamente é que como estas localidades são tão diferentes dentro do espaço urbano, houve uma transferência da análise espacial para a social em uma linha direta, sem se pensar que não há uma correlação direta entre estes campos no fenômeno urbano "favela". Como a favela é geograficamente diferente e segregada, acredita-se que o que acontece lá é socialmente diferente também. Aqui podemos apontar a primeira pista relativa aos papéis do espaço geográfico nas relações e na construção de identidades urbanas. Este espaço não apenas define uma situação de exclusão, como também corrobora na construção de identidades fechadas, segregatórias. Assim, o local de origem de cada elemento dentro do tecido urbano pode oferecer pistas, a partir de uma visão comum, de sua identidade, comportamentos e valores. Desta maneira, muitas vezes tomados por um "ânimo revolucionário", não nos damos conta de que nem sempre as boas intenções de um trabalho resultam em frutos em nossa ação prática. Claramente falando em relação a algumas práticas comunitárias:

"Partindo do pressuposto de que não servimos aos interesses das classes dominantes, não permitindo que a utilização dos 'benefícios da ciência', da qual somos porta-vozes, permaneça privilégio de setores economicamente privilegiados, partimos para uma prática junto a classes populares".¹⁴

Contudo, fazemos isto sem relativizar sobre, em certa medida, o quanto a própria escolha deste *locus* de estudo e atuação já não é um reforço a uma produção de lugares determinados na estrutura social. O próprio entendimento de haver um "saber popular" pressupõe a existência de um outro saber, o acadêmico, que ao caracterizar o popular, hierarquiza esta relação.

Ao pensarmos sobre as iniciativas locais de suporte aos jovens e às famílias, pensamos também em toda a diversidade que atravessa tais relações e que, em muitos casos, ficam de fora dos projetos sociais e de suas implementações. Pensar as formas de apropriação dos espaços e os vínculos de sociabilidade que se forjam nas comunidades é, em certa medida, também, relativizar a própria idéia de comunidade. Acreditamos que os valores comunitários devem ser tomados como projeto individual para que sejam transformados em ação, sendo pensados e sentidos como uma necessidade. Mais que um lamento nostálgico voltado para o passado, a comunidade deve orientar ações para o futuro. Assim, alertas em relação às armadilhas que o termo esconde, nos encontramos mais preparados para seguir em frente em nossas análises.

Vínculos e Relações com o Espaço da Comunidade¹⁵

Se o conceito de comunidade com o qual trabalhamos é pautado por uma diversidade que caracteriza suas relações, as formas de apropriação de seus espaços se constituem em uma primeira pista pela qual podemos seguir para analisar tais relações. Muitos autores têm se debruçado sobre a questão do espaço urbano enquanto manifestação das relações sociais de determinado local, e é sobre este caminho que nos lançaremos agora.

A arquitetura e o urbanismo têm sido dois campos férteis de análise das dicotomizações e produções dos campos público e privado. Tratam-se de duas áreas do conhecimento que “...falam de apropriações de vida, resistências políticas, modelagens de sonhos; são cronistas do cotidiano que nos revelam ou produzem questões nem sempre visíveis a olho nu.”¹⁶

Segundo Aparecida Cassab (2001), é na referência espacial que os sujeitos fazem escolhas e, desta forma, estabelecem jogos de relações baseados nestas escolhas. Os espaços, para a autora, configurariam também um “o que fazer” em cada lugar. Desta forma, a cidade é um “outro”, um espelho que dialoga com o sujeito na produção de si mesmo. E pode ser também onde a exclusão social em suas diversas facetas se expõe de maneira menos mascarada. A cidade apresenta diferentes circuitos por onde transitam os jovens e suas famílias, delimitando territórios fechados, fronteiras invisíveis, limites absolutos. O espaço urbano fala e escreve sobre os indivíduos. Indivíduos estes que definem suas funções no tecido social por seus percursos na cidade.

Da mesma forma, no espaço geográfico e em suas diversas formas de apropriação se gestam resistências produtivas às tentativas de delimitação de territórios fechados e de caminhos limitados. A rua passa a ser, então, ponto central na discussão sobre bases de apoio a partir do momento em que é colocada e reiterada como o espaço por excelência do perigo para as famílias em relação aos jovens. Um eixo significativo do raciocínio está presente em uma definição da cidade vista pela relação ordem/desordem. No mesmo momento em que o corpo social ganha um lugar político nas cidades, com todas as suas contradições e conflitos, este lugar passa a ser representado como inferior ao espaço do privado – a casa – e passível de desmoralização. Impos-

sível não lembrarmos de termos pejorativos como “mulheres da rua”, “meninos de rua”, etc.

Paralelamente, os jovens com os quais trabalhamos em duas comunidades da cidade do Rio demonstram se apropriar das mais diversas maneiras da rua. Também buscam estar neste espaço, seja para estabelecer novas relações, seja para o lazer ou simplesmente por falta de outras oportunidades. Esta conclusão é possível a partir de observações e entrevistas com jovens feitas, por exemplo, em duas localidades onde desenvolvemos ações: favela Santa Marta e Vila Aliança. Mesmo quando o discurso dos jovens reproduz a fala hegemônica (“Aahh, não gosto de ficar na rua não...”), o que podemos observar é o contrário: ficar na rua ou na praça é o lazer preferido de cerca de 40% dos jovens entrevistados de Vila Aliança e Nova Aliança¹⁷. Pelo menos 22% dos entrevistados responderam que, quase sempre, ficam à noite conversando com amigos na rua.

Em grande parte dos casos, por exemplo, quando se desenvolvem programas e iniciativas voltados aos jovens, estes se direcionam a espaços fechados ou privados, buscando protegê-los da rua e de seus perigos. Segurança e privatismo, exclusão e reclusão caminhando juntos em um perigoso jogo de espaços. Mas o que um pouco de história recente pode nos trazer sobre isso?

A rua e a cidade

“A questão social suscitada nestas cidades era a de se viver com um estranho ou de ser um estranho. A questão era saber onde estes estranhos deveriam ser vistos habitualmente de modo que se pudessem estabelecer imagens caracterizadoras dos estranhos. O antigo local de encontro, a praça de múltiplos usos, estava sendo consumida pelo espaço tomado como monumento a si mesmo (em Paris) e em museu da natureza (em Londres). Desse modo, a demografia criava um dispositivo pelo qual o ‘estranho’ fosse um ‘desconhecido’.”¹⁸

No início da década de 90, a prefeitura da cidade deu início a um processo de “higienização” e “limpeza” dos espaços públicos do Rio de Janeiro, em um projeto chamado “Rio-Cidade”. Seu objetivo era tornar os espaços públicos mais amplos e transitáveis, subtraindo tudo que obstruísse o pleno fluxo de pedestres e, por assim dizer, “poluísse” visualmente a cidade. Uma esterilização que ritualizava as formas de exclusão de tudo que estivesse “fora do lugar” sendo, portanto, simbolicamente sujo e perigoso.

“Com a Praça XV não foi diferente. Sua reforma visava transformá-la única e exclusivamente em passagem, um espaço de pura transitoriedade. Os pontos finais dos ônibus foram transferidos para uma passagem subterrânea, especialmente construída para tal. Assim, a superfície da praça ficou totalmente plana e “desobstruída”, transformada em um grande corredor, sem bancos ou canteiros e por onde quem passa não tem

contato com quem está nas estações à espera de sua condução. Os camelôs e a população que ali vivia foram expul... quer dizer, “transferidos” para outros lugares. O ideal de uma cidade asséptica era materializado em um dos locais onde a heterogeneidade carioca era mais manifesta. O controle social assumiu a forma de policiamento ostensivo, através da presença constante da Guarda Municipal da Prefeitura que, 24 horas por dia, resguardava o “patrimônio público”: A praça.”¹⁹

Assim, no Rio, de maneira muito similar ao que aconteceu nas cidades européias do século XVIII, uma forma de “ser” na cidade estava sendo desenvolvida, tornando o habitante das cidades em um leitor de sinais, seja do espaço físico, seja do outro, do estranho. Um observador silencioso e disciplinado, produzido cotidianamente por uma estética urbana pautada pela transparência e visibilidade máxima. A rua por onde se transita não é mais a rua por onde se relacionam sujeitos diversos. A rua como “cenário”, onde todos passam e ninguém permanece, ganha força e se estabelece como padrão de cidade civilizada.

Na medida em que se molda esta geografia pública, a expressão social será concebida como a apresentação para o outro de sentimentos que têm um significado em si, ao invés de sê-lo enquanto representação. Dá-se a transformação do fato urbano em conceito de cidade. Ou seja, “muito antes do conceito destacar uma figura da história, ele supõe que tal fato seja tratável com uma unidade que depende de uma racionalidade urbanística”.²⁰ A concepção espacial, então, se vê diretamente relacionada à busca de leis gerais e de uma universalidade e igualdade baseadas na abstração.

Esta relação produz uma geografia urbana permeada por dois critérios de publicismo: o mundo exterior ao ambiente imediato da casa e às relações pessoais se torna conscientemente delimitado; e a movimentação através de diversas circunstâncias sociais e grupos estranhos se torna mais cômoda, desde que bem circunscrita, delimitada. Ou seja, uma vez dentro de um dado território, a pessoa identifica - e de certa forma até mesmo constrói - fronteiras bem definidas de circunscrição. E, em contrapartida, também dentro deste espaço definido, identifica melhor quem são os agentes externos: “As ruas, pouco a pouco transformaram-se em passagens, local de transtornos, indiferente e árido. Entre quatro paredes, o lar protegia-se da metrópole, acolhendo e revelando os mistérios da alma.”²¹

Enquanto isso, no Rio de Janeiro...

Dentro do projeto de reurbanização da cidade do Rio, o famoso “Rio-Cidade”, anteriormente citado, havia um braço denominado “Favela-Bairro”. Visava urbanizar as favelas da cidade, ordenando aquele espaço que historicamente, na cidade do Rio de Janeiro, está associado à desordem e ao perigo. Abrir ruas, construir praças e realizar obras de saneamento básico eram as propostas.

Entretanto, mais que simples cuidado e zelo por espaços da cidade, o que o projeto trazia em seu bojo era a tentativa de construção de uma outra história destes espaços. Espaços onde nos habituamos a enxergar carência, falta, mas que trazem em suas vielas, becos e travessas, histórias de luta, de afirmação de sujeitos e de conquistas pessoais e coletivas²². Os jovens de Vila Aliança, por exemplo, ouvidos durante a pesquisa “Criança não é risco, é oportunidade”, desenvolvem uma relação com sua comunidade diretamente pautada pelo espacial como referência. A rua X é a do namoro, a praça Y é a da “galera”, no beco tal “rolam os amassos...” e por aí vai. Eles dialogam com o mundo da rua. Eles constroem sua história neste espaço. E um projeto de reurbanização ignora estas relações, disciplinando este espaço para seu uso e transição. Não estamos criticando gratuitamente o projeto citado, mas mostrando o quanto estas pessoas, que vivem e fazem de um dado local sua construção histórica e subjetiva, raramente são ouvidas quanto aos destinos de suas marcas subjetivas.

Orlandi (2001) coloca que a cidade não tem seu narrador, um único contador de histórias; a narratividade urbana tem vários pontos de materialização e de produção de sentido. Mas o urbanismo parece poder contribuir na direção de oferecer sentidos e significações preestabelecidos, hegemônicos. Assim, “o silenciamento vem pelo discurso do (sobre o) urbano, suturando as falhas, os equívocos, os possíveis sentidos da cidade”.²³

Dentro deste cenário em que a rua se torna um espaço fluido, a casa e o âmbito privado ganham força como espaços privilegiados de relações e trocas. Dentro de uma ordem urbana, a rua é ritualmente criminalizada, espaço onde se encontram todos os perigos e ameaças sociais. Da favela ao condomínio, proteger os filhos do espaço da rua se torna projeto comum. Mas as coisas não caminham de forma tão ordenada e linear assim. Os jovens, no condomínio ou no morro, tomam as ruas de assalto, se reapropriam deste espaço de formas não “permitidas” pela disciplina urbana. Mas, por quê? Tentemos aprofundar este raciocínio.

Pensar as relações de dada localidade significa, grosso modo, pensar em um conjunto de planos organizacionais²⁴ cuja importância varia de uma localidade para outra. Ou seja, descrever analiticamente, por exemplo, a favela de Vila Aliança, significa tentar entender os diferentes planos organizacionais de cada microárea, de cada estrutura supralocal. Para Alvito (2001), o que ele denomina de localidade se caracteriza pela existência de pontos de interação onde se constituem redes complexas de diversos tipos de relações. Assim, podemos não encontrar realidades completamente iguais em diferentes comunidades, mas sim planos organizacionais semelhantes em diferentes localidades.

As delimitações espaciais, a demarcação de territórios dentro destas localidades, é mais abrangente do que se pensa e dependente de critérios diversos. Quando se fala de Vila Aliança, pode-se estar falando de espaços diferentes dependendo da agência que utiliza o termo. Por exemplo, o Estado, a polícia, a associação de moradores ou uma igreja evangélica.

Pensar territórios e áreas refere-se, também, à delimitação de poder do tráfico de drogas, que é hoje um dos agentes mais fortes de delimitação espacial de fronteiras e territórios. E também é o fator que tem contribuído de maneira mais significativa para uma nova relação espacial dos jovens com seus locais de moradia. Hoje, a rua ou o quarteirão em que se mora carrega consigo vínculos simbólicos de pertencimento e de grupalidade. Comando Vermelho e Terceiro Comando são, mais que grupos organizados, entidades simbólicas que delimitam territórios, limites, fronteiras, vida e morte, estar na rua, ver e ser visto, identificado com a “cultura” local neste espaço onde ela se manifesta.

Não pretendemos abordar neste tópico de forma aprofundada a questão do tráfico de drogas e de suas implicações diretas para a vida dos jovens, mas não podemos perder de vista que sua presença define comportamentos, relações e percursos. O impacto econômico, por exemplo, é muito bem definido por Alvito (2001) e Rafael (1998). Mesmo que menos de 2% dos jovens de uma dada comunidade tenham relações diretas com o tráfico de drogas, o impacto deste sobre a economia local é enorme, na forma de movimentação de capital ganho com esta atividade, circulação de consumidores que consomem bens, alimentos, etc. Em contrapartida, o “lado” oposto também é cerceador dos deslocamentos: antes mesmo que o tráfico de drogas, as ações da polícia são reforçadoras para os jovens dos aspectos de perigos de estar nas ruas de sua comunidade: são eles os alvos preferenciais das ações deste agente do Estado, estando em atitude “suspeita” ou não. Muitos são os casos relatados por jovens de Vila Aliança e Santa Marta, relativos a abordagens violentas contra eles por parte da polícia, pelo simples fato de estar na rua ou viela conversando. É na rua que a marginalização e exclusão mostram sua cara de forma mais explícita.

De qualquer maneira, os jogos que constituem as relações em certos espaços são bem mais complexos. Para quem olha de fora, por exemplo, há uma favela. Para quem vive dentro, há uma complexa estrutura de áreas, microáreas e localidades distintas que delimitam relações de parentesco, vizinhança, amizade, assim como rivalidades. O espaço e a distância são carregados de conteúdos simbólicos. O que se diz longe, fisicamente nem sempre o é. Assim como o “dentro” e “fora” também são limites tênues. Como cita Alvito, “as microáreas muitas vezes servem de base para as representações acerca das diferenças existentes dentro de uma única favela.”²⁵ Ou seja, entre os jovens, os laços identitários e os círculos de amizade e confiança se espalham em círculos cada vez mais restritos, ligados às microáreas das quais fazem parte. O confinamento em uma área, mais que necessidade, pode ser afirmação de uma identidade. As microáreas, quase sempre, estão ligadas a ruas e quarteirões, sendo muito tênues seus limites. De uma rua para outra podem mudar os códigos, as regras de conduta e as relações.

A cidade, para estes jovens, passa a ser distância. Entre uma rua e outra, entre uma localidade e outra, entre seu bairro e o centro. Caminhar de um lugar para outro significa a leitura de uma série de fronteiras, marcos,

histórias. Explorar esta relação dos jovens com o espaço urbano é “uma opção que desprivilegia traços distintivos simplesmente de espaços sociais, ou de culturas distintas”.²⁶ Trata-se de uma leitura que entende a presença de espaços de cruzamento, de zonas de contato que aproximam mundos que parecem diferentes em uma cidade que se pretende partida. Estratégias múltiplas de inclusão são desenhadas por estes adolescentes, a partir de sua trajetória na cidade, redefinindo lugares sociais tidos como estáticos, mas preservando fronteiras nem sempre invisíveis.

Os jovens de Vila Aliança, por exemplo, pouco circulam pelo centro ou Zona Sul da cidade. Para irem à praia mais próxima precisam pegar dois ônibus para ir e mais dois para voltar. Do centro até a entrada da favela, de ônibus, não se leva menos de uma hora. Tudo muito oneroso, tudo muito longe. Certas atividades sociais se tornam sutilmente proibitivas para eles: ir a uma festa fora do bairro de origem, por exemplo, pois os ônibus, ao contrário dos da Zona Sul, não circulam durante a madrugada. E, mesmo o que é perto, um baile em uma comunidade próxima, pode se tornar arriscado a partir do Comando que controle a outra localidade. Segundo Cassab (2001) a exclusão social é um “espaço” a que são remetidos os sujeitos. Os deslocamentos oferecem pistas sobre as oportunidades que são ofertadas a estes jovens.

Estudando Acari, Alvito pode perceber que a restrição da circulação nas microáreas era crescente, sendo muito pequena a circulação fora das microáreas de origem e moradia. Na favela Santa Marta, onde empreendemos trabalhos de pesquisa e atuação, isso era visível, por exemplo, na baixa circulação dos jovens dentro do morro fora de suas regiões de moradia: os da parte baixa da favela costumam freqüentar mais a rua, o “asfalto”; já os da parte alta se divertem mais na própria comunidade sem, no entanto, circular muito pela parte baixa. Exclui-se aí a circulação relativa à ida para o trabalho ou a escola. Também as relações de reciprocidade se estabelecem mais efetivamente dentro de suas microáreas. Os compadrios, as parcerias, ou no caso dos jovens, as galeras, dizem respeito a pequenos pedaços de cada localidade.

Contudo, não se pode ignorar a importância das estruturas supralocais – partidos políticos, polícia, igreja, mídia – nas relações dentro das comunidades. Quando falamos da comunidade nunca trataremos de uma realidade autônoma, desligada destes outros fatores organizadores de suas relações.

“A rua, eu gosto é da rua!”

As ruas nas favelas, ao contrário dos bairros de classe média, são para a circulação de pessoas e não de carros. Se a rua é o espaço do perigo, também é do encontro e da sociabilização. Os locais físicos guardam consigo memórias que registram pertencimento. Então o jovem coloca que brinca no rio, vai ao baile do CIEP, conversa na praça, faz da rua uma demarcação do seu vínculo social, de sua história e recolhe, nesta, fragmentos de sua sociabilidade.

Para o tráfico de drogas, estabelecer-se em uma localidade significa a conquista da simpatia, mesmo que relativa, dos moradores do local. Não é apenas a força que apóia a manutenção de um ponto de venda de drogas em uma dada microlocalidade, mas os vínculos que constrói. As relações pessoais tornam-se o ponto de partida tanto do recrutamento de membros quanto do funcionamento das atividades.

Da mesma forma, estabelecem-se formas e símbolos de pertencimento. Em Vila Aliança, por exemplo, pudemos observar a música funk, suas gírias e o baile como signos deste pertencimento. O simples morar nesta localidade significa, dentro de uma rede de identidades que se constrói, ser “do Terceiro”²⁷. Assim, da mesma forma que um torcedor de um clube de futebol se identifica com outro “igual” na rua pela camisa ou símbolo, estes jovens podem se identificar, mesmo que a princípio, com jovens do Morro do Macaco ou outra favela que seja dominada pela mesma facção. Ou, como diz um rapaz de Vila Aliança, “é tudo TC!”. Assim, seus deslocamentos podem ser igualmente determinados por um conhecimento das regiões da cidade dominadas pelo “seu” comando, sem que isso implique qualquer filiação ao crime.

Desta forma, o “estar na rua”, quase sempre identificado como situação de vulnerabilidade e até de risco (não identificado), para estes jovens, pode ganhar novos significados. A apropriação do espaço público em um momento social em que este se encontra cada vez mais esvaziado pode estar apontando para diversas potencialidades: formas criativas de resignificar, singular e coletivamente, o espaço geográfico de convivência; ruptura com normas urbanísticas que privilegiam o privatismo e a interioridade – de ambientes e de sentimentos, relações – ou simplesmente uma negação de expressões individualistas de relação voltadas para o interior da vida privada como sinônimo de segurança. Quem sabe, até mesmo, uma reação ao “nada a fazer” que tanto ouvimos dos jovens em nossas visitas às comunidades: já que não há nada o que fazer em termos de lazer e atividades, façamos então nada juntos, onde todos possam (se) ver.

Outro viés muito explorado está centrado na “ociosidade” dos jovens, o velho mito do “cabeça vazia, oficina do diabo” sem, no entanto, tentarmos entender que muitas vezes onde não vemos nada, algo está acontecendo, alguma atividade está sendo desenvolvida, que nos parece invisível.

Contudo, se os jovens, por vontade própria simplesmente circulam, observam, conversam aqui e ali, será isso fatalmente, um problema, um risco? Não acontece com todos os jovens? Não ficam sozinhos, pensando um pouco nas vicissitudes do seu processo de crescimento? Ou os jovens se adequam a atividades de laboração ou estarão fatalmente entregues a seu destino certo: a criminalidade e o desvio? O jovem de baixa renda precisa estar ocupado - leia-se estudando, ajudando os pais, preparando-se para o trabalho ou trabalhando - para estar bem?

A grande questão para qual apontamos é que talvez os problemas não estejam “na rua”, onde “tudo não presta”. O cerne da discussão não é a fuga de espaços tidos como perigosos ou de vulnerabilidade. A questão que nos parece central é sobre que relações estão se forjando sobre e a partir dos espaços urbanos, da rua, da comunidade, das distâncias, que estão constituindo identidades e formas de relacionar-se com o meio e com o outro. A própria direção dos programas e projetos na direção de atividades em espaços fechados, buscando afastar os jovens dos espaços de convívio da rua, oferecendo-lhes uma opção “segura” não toca no foco: é nas ruas que relações que consideramos “não favoráveis” ao desenvolvimento destes jovens estão se gestando.

Acreditamos que é na rua que devemos buscar alternativas, atentos ao que os jovens nos apontam. A rua é, para eles, espaço de trocas, de relações, de vida. E a cidade é o espaço onde se materializam seus desejos, angústias e suas estratégias de inclusão e exclusão diárias, o que pode representar o enfrentamento de ameaças e morte.

A exclusão se manifesta de forma menos mascarada no registro espacial. Fechar-se e buscar fugir disso é reforçar aquilo que tanto lutamos para amenizar. Oportunidades de crescimento podem estar nas ruas da comunidade, na possibilidade de trânsito por diferentes locais, na apropriação criativa de lugares tidos como absolutos em seus usos. Potencializar também a circulação pela cidade, pela comunidade. As respostas para a pergunta como fazer isso, ainda não temos. Mas deixamos a questão no ar.

Notas

1. Psicólogo, Mestre em Psicologia Social pela UERJ com a dissertação “Psicologia, Comunidades e Intervenções: Olhares em (des)construção”, pesquisador do Ciespi.
2. Recordamos aqui os estudos que mostram a ênfase pejorativa colocada na rua, especialmente no livro “A Casa e a Rua”, do antropólogo Roberto da Matta.
3. Sawaia 1998:36
4. Estamos nos referindo a perspectivas diversas de se pensar a questão da cidadania, seu conceito e aplicabilidade.
5. Sawaia 1998:37
6. Coimbra, Cecília. 1995, p. 59.
7. Fala de moradora do Morro do Macaco, Vila Isabel, durante palestra proferida dia 14/04/2000, na Universidade Santa Úrsula.
8. Idem.
9. C. D. D. H., Bento Rubião, 1997, p. 33.
10. C. D. D. H., Bento Rubião, 1997, p. 34.
11. C. D. D. H., Bento Rubião, 1997, p. 34.
12. Palestra conferida no Centro de Estudos e Pesquisas da Infância – CESPI, da Universidade Santa Úrsula, em julho de 2000.

13. Realizado pelo CESPI-USU e pelo Instituto PROMUNDO em parceria com o Instituto C & A de Desenvolvimento Social, como parte do projeto “Criança não é risco, é oportunidade”, lançado em abril de 2002 e dirigido por Udi Mandel Butler.
14. Freitas, Fernando. 1982, p. 87.
15. Feita a crítica e considerando que os próprios moradores entrevistados utilizam o termo comunidade, manteremos o mesmo.
16. Baptista, 1999, p. 37.
17. As entrevistas foram parte de uma pesquisa realizada pelas equipes CESPI-USU e do Instituto PROMUNDO, como parte do projeto “Criança não é risco, é oportunidade”. Foram feitas 220 entrevistas com adolescentes entre 12 e 18 anos da localidade de Vila Aliança, Bangu, Zona Oeste do Rio, entre abril e maio de 2001, com participação de adolescentes destas comunidades, utilizando-se de um questionário com 80 questões abertas e fechadas.
18. Sennet, 1998, p. 78.
19. Soares, Alexandre Bárbara, 1998, p. 2.
20. Certeau, 1980, p. 173.
21. Baptista, 1999, 123.
22. Marcos Alvito (2001), falando sobre Acari, conta sobre um senhor de idade que, ao narrar sua vida dentro da favela, diz que ao chegar lá nada existia. Aos poucos, foi construindo sua casa de madeira e trazendo parentes para morar próximo a ele, já que não havia ninguém por perto. Trinta anos depois, mesmo ainda vivendo em condições que podem ser consideradas precárias, este senhor possui um círculo de relações e uma história de conquistas paulatinas dentro daquele espaço de vida que falam sobre sua história.
23. Orlandi, 2001, p. 11.
24. Alvito, Marcos, 2001, p. 51.
25. Idem, p. 61.
26. Cassab. 2001, p. 26.
27. Terceiro Comando, facção criminosa do Rio de Janeiro.

Referências Bibliográficas

- ALVITO, Marcos. As cores de Acari. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- ARANTES, Antônio. "A guerra dos lugares". IN Revista do IPHAN. São Paulo, VOLUME, NÚMERO, FASCÍCULO, p. 199, MÊS, 1993.
- BAPTISTA, Luís Antônio. A cidade dos sábios. 1ª ed. São Paulo: Summus, 1999.
- CASSAB, Maria Aparecida Tardim. Jovens pobres e o futuro; a construção da subjetividade na instabilidade e na incerteza. 1ª ed. Niterói: Intertexto, 2001.
- CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS BENTO RUBIÃO. Favelas e organizações comunitárias. 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Guardiães da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do milagre. 1ª ed. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.
- DA MATTA, Roberto. A Casa e a Rua. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1991.
- FREITAS, Fernando Freitas. Psicologia comunitária: uma abordagem sobre o saber e o poder. Rio de Janeiro: 1982. Dissertação de mestrado. PUC - Rio de Janeiro.
- LE GOFF, J. Por amor às cidades. 2ª ed. São Paulo: UNESP, 1997.
- ORLANDI, Eni P. (org.). A cidade atravessada: os sentidos públicos do espaço urbano. 1ª ed. Campinas: Ed. Pontes, 2001.
- PEREIRA, W.C.C. "Metodologia de educação comunitária". In Anais do X Encontro Mineiro da ABRAPSO. BH: ABRAPSO, p. 53, 1998.
- RAFAEL, Antônio. Um abraço para todos os amigos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro. 1ª ed. Niterói: Eduff, 1998.
- SAWAIA, B.B.A. "Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade". In LANE, S.(org.). Psicologia social comunitária. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- SENNETT, R. O declínio do homem público: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SIGNORELLI, A. A antropologia urbana. Milão: Guerinni Studio, 1996.
- SOARES, Alexandre Bárbara. O espaço urbano e a construção de espaços assépticos: uma pequena crônica carioca. Rio de Janeiro: Mimeo, 1998.
- ZAMORA, Maria Helena. Textura áspera: confinamento, sociabilidade e violência em favelas cariocas. Rio de Janeiro, 1999. Tese de Doutorado em Psicologia. PUC-RJ.